

# Revista Espírita

Jornal de Estudos Psicológicos

ANO XI

JULHO DE 1868

Nº 7

## A Ciência da Concordância dos Números e a Fatalidade<sup>22</sup>

Várias vezes já nos perguntaram o que pensamos da concordância dos números, e se cremos no valor dessa ciência. Nossa resposta é bem simples: até o momento nada pensamos a respeito, porque com ela jamais nos ocupamos. Bem que temos visto alguns casos de concordâncias singulares entre as datas de certos acontecimentos, mas em pequeníssimo número para delas tirar uma conclusão, mesmo aproximada. A bem dizer, não vemos a razão de tal coincidência; mas, porque não se compreende uma coisa, isto não é motivo para que ela não exista. A Natureza não disse a sua última palavra, e o que hoje é utopia, amanhã pode ser verdade. É possível que, entre os fatos, exista uma certa correlação, que não suspeitamos, e que poderia traduzir-se por números. Em todo o caso, não se poderia dar o nome de *ciência* a um cálculo tão hipotético quanto o das relações numéricas, no que concerne à sucessão dos acontecimentos. Uma ciência é um conjunto de fatos bastante numerosos para deles se deduzirem regras, e susceptíveis de demonstração. Ora, no estado atual dos nossos conhecimentos, seria de absoluta impossibilidade dar dos fatos desse gênero uma

22 **Nota da Editora:** Ver “Nota Explicativa”, p. 543.

teoria qualquer, nem nenhuma explicação satisfatória. Não é, pois, ou, se preferirem, não é ainda uma ciência, o que não implica a sua negação.

Há fatos sobre os quais temos uma opinião pessoal; no caso de que se trata, não temos nenhuma, e se nos inclinássemos para um lado, seria antes para a negativa, até prova em contrário.

Baseamo-nos em que o tempo é relativo; não pode ser apreciado senão em termos de comparação e os pontos de referência estabelecidos na revolução dos astros, e esses termos variam conforme os mundos, porque fora dos mundos o tempo não existe: não há unidade para medir o infinito. Assim, não parece haver uma lei universal de concordância para a data dos acontecimentos, já que o cômputo da duração varia conforme os mundos, a menos que haja, sob esse aspecto, uma lei particular para cada mundo, destinada à sua organização, como há uma para a duração da vida de seus habitantes.

Seguramente, se tal lei existir, um dia será reconhecida. O Espiritismo, que assimila todas as verdades, quando estas são constatadas, não repelirá esta; mas como, até o presente, essa lei não é atestada por um número suficiente de fatos, nem por uma demonstração categórica, com ela nos devemos preocupar tanto menos quanto ela só nos interessa de maneira muito indireta. Não dissimulamos a gravidade dessa lei, se é que ela existe, mas como a porta do Espiritismo estará sempre aberta a todas as idéias progressivas, a todas as aquisições da inteligência, ele se ocupa com as necessidades do momento, sem temer ser ultrapassado pelas conquistas do futuro.

Tendo sido a questão exposta aos Espíritos num grupo muito sério do interior, e por isto mesmo geralmente bem assistido, foi respondido:

“Há, certamente, no conjunto dos fenômenos morais, como nos fenômenos físicos, relações fundadas sobre os números. A lei da concordância das datas não é uma quimera; é uma das que vos serão reveladas mais tarde, e vos darão a chave das coisas que vos parecem anomalias. Porque, crede-o bem, a Natureza não tem caprichos; marcha sempre com precisão e com segurança. Aliás, esta lei não é tal qual imaginais; para a compreender na sua razão de ser, no seu princípio e na sua utilidade, necessitais adquirir idéias que ainda não possuíis, e que virão a seu tempo. No momento, este conhecimento seria prematuro, razão por que não vos é dado; seria, pois, inútil insistir. Limitai-vos a recolher os fatos; observai sem nada concluir, com receio de vos enganar. Deus sabe dar aos homens o alimento intelectual à medida que estão em condição de o suportar. Trabalhai sobretudo no vosso adiantamento moral, o mais essencial, porque é por este que merecereis possuir novas luzes.”

Somos da mesma opinião. Pensamos, até, que haveria mais inconvenientes do que vantagens em vulgarizar prematuramente uma crença que, em mãos ignorantes, poderia degenerar em abuso e em práticas supersticiosas, por falta do contrapeso de uma teoria racional.

O princípio da concordância das datas é, pois, inteiramente hipotético; mas se nada é ainda permitido afirmar a este respeito, a experiência demonstra que, na Natureza, muitas coisas estão subordinadas a leis numéricas, susceptíveis do mais rigoroso cálculo. Este fato, de grande importância, talvez possa um dia lançar luz sobre a primeira questão. É assim, por exemplo, que as chances do acaso estão submetidas, no seu conjunto, a uma periodicidade de admirável precisão; a maior parte das combinações químicas, para a formação dos corpos compostos, dão-se em proporções definidas, isto é, precisa-se de um número determinado de moléculas de cada um dos corpos elementares, e que uma molécula a mais ou a menos muda completamente a

natureza do corpo composto. (Vide *A Gênese*, cap. X, nº 7 e seguintes); a cristalização se opera sob ângulos de uma abertura constante; em Astronomia, os movimentos e as forças seguem progressões de um rigor matemático, e a mecânica celeste é tão exata quanto a mecânica terrestre; dá-se o mesmo com a reflexão dos raios luminosos, calóricos e sonoros; é sobre cálculos positivos que são estabelecidas as chances de vida e de mortalidade nos seguros.

É certo, pois, que os números estão em a Natureza e que leis numéricas regem a maior parte dos fenômenos de ordem física. Dá-se o mesmo nos fenômenos de ordem moral e metafísica? É o que seria presunção afirmar, sem dados mais certos do que os que se possuem. Esta questão, aliás, levanta outras que têm a sua seriedade, e sobre as quais julgamos útil apresentar algumas observações de um ponto de vista geral.

Desde que uma lei numérica rege os nascimentos e a mortalidade dos indivíduos, não poderia dar-se o mesmo, embora em escala mais vasta, com as individualidades coletivas, tais como as raças, os povos, as cidades, etc? As fases de sua marcha ascendente, de sua decadência e de seu fim, as revoluções que marcam as etapas do progresso da Humanidade, não estariam sujeitas a uma certa periodicidade? Quanto às unidades numéricas para o cômputo dos períodos humanitários, se não são os dias, nem os anos, nem os séculos, poderiam ter por base as gerações, como alguns fatos tenderiam a fazer supor.

Aí não está um sistema; é ainda menos uma teoria, mas uma simples hipótese, uma idéia fundada numa probabilidade, e que um dia, talvez, possa servir de ponto de partida para idéias mais positivas.

Mas, dirão, se os acontecimentos que decidem a sorte da Humanidade, de uma nação, de uma tribo, têm prazos regulados

por uma lei numérica, será a consagração da fatalidade e, então, em que se torna o livre-arbítrio do homem? Estará o Espiritismo laborando em erro, quando diz que nada é fatal, e que o homem é o senhor absoluto de suas ações e de sua sorte?

Para responder a esta objeção, há que tomar a questão de mais alto. Antes de mais, digamos que o Espiritismo jamais negou a fatalidade de certas coisas e que, ao contrário, sempre a reconheceu; mas ele diz que essa fatalidade não entrava o livre-arbítrio. Eis o que é fácil demonstrar.

Todas as leis que regem o conjunto dos fenômenos da Natureza têm conseqüências necessariamente fatais, isto é, inevitáveis, e essa fatalidade é indispensável à manutenção da harmonia universal. O homem, que sofre essas conseqüências, está, pois, em alguns aspectos, submetido à fatalidade, em tudo quanto não dependa de sua iniciativa. Assim, por exemplo, deve morrer fatalmente; é a lei comum, à qual não pode subtrair-se e, em virtude dessa lei, pode morrer em qualquer idade, quando chegar a sua hora; mas, se apressa voluntariamente a sua morte, pelo suicídio ou por seus excessos, age em virtude de seu livre-arbítrio, porque ninguém o pode constringer a fazê-lo. Deve comer para viver: é a fatalidade; mas se comer além do necessário, pratica um ato de liberdade.

Em sua cela, o prisioneiro é livre de mover-se à vontade, no espaço que lhe é concedido; mas as paredes que não pode transpor são para ele a fatalidade que lhe restringe a liberdade. Para o soldado a disciplina é uma fatalidade, pois o obriga a atos independentes de sua vontade, mas não é menos livre em suas ações pessoais, pelas quais é responsável. Assim é com o homem na Natureza. A Natureza tem as suas leis fatais, que lhe opõem uma barreira, mas aquém da qual ele pode mover-se à vontade.

Por que Deus não deu ao homem inteira liberdade? Porque Deus é como um pai providente, que limita a liberdade dos filhos ao nível de seu raciocínio e do uso que dela podem fazer. Se o homem já se serve tão mal da que lhe é concedida, se não sabe governar-se a si mesmo, que seria se as leis da Natureza estivessem à sua disposição, e se não lhe opusessem um freio salutar?

O homem pode, pois, ser livre em suas ações, malgrado a fatalidade que preside ao conjunto; é livre em certa medida, no limite necessário para lhe deixar a responsabilidade de seus atos. Se, em virtude dessa liberdade, ele perturba a harmonia pelo mal que faz, se interpõe um obstáculo à marcha providencial das coisas, é o primeiro a sofrer por isto, e como as leis da Natureza são mais fortes que ele, acaba sendo arrastado na corrente; então sente necessidade de voltar para o bem e tudo retoma o seu equilíbrio. Assim, a volta ao bem é ainda um ato livre, embora *provocado*, mas não imposto, pela fatalidade.

O impulso dado pelas leis da Natureza, assim como os limites que elas estabelecem, são sempre bons, porque a Natureza é a obra da sabedoria divina. A resistência a essas leis é um ato de liberdade e essa resistência sempre desencadeia o mal. Sendo o homem livre para observar ou infringir essas leis, no que toca a sua pessoa, é, pois, livre de fazer o bem ou o mal. Se pudesse ser fatalmente levado a fazer o mal, e não podendo essa facilidade vir senão de um poder superior a ele, Deus seria o primeiro a transgredir suas leis.

Quem é aquele a quem muitas vezes aconteceu dizer: “Se eu não tivesse agido como agi em tal circunstância, não estaria na posição em que estou; se tivesse que recomeçar, agiria de outra maneira?” Não era reconhecer que era livre para fazer ou não fazer? que estava livre para fazer melhor outra vez, se se apresentasse ocasião? Ora, Deus, que é mais sábio que ele, prevendo os erros nos quais pode cair, o mal uso que pode fazer de

sua liberdade, dá-lhe *indefinidamente* a possibilidade de recomeçar pela sucessão de suas existências corporais, e ele recomeçará até que, instruído pela experiência, não mais se engane de caminho.

O homem pode, pois, conforme a sua vontade, apressar o termo de suas provas, e é nisto que consiste a liberdade. Agradecemos a Deus por não nos ter fechado para sempre o caminho da felicidade, decidindo a nossa sorte definitiva após uma existência efêmera, notoriamente insuficiente para alcançarmos o topo da escada do progresso, e por nos haver dado, pela fatalidade mesma da reencarnação, os meios de adquirir incessantemente, renovando as provas nas quais fracassamos.

A fatalidade é absoluta para as leis que regem a matéria, porque a matéria é cega; não existe para o Espírito, ele próprio chamado para reagir sobre a matéria, em virtude de sua liberdade. Se as doutrinas materialistas fossem verdadeiras, elas seriam a mais formal consagração da fatalidade; porque se o homem fosse apenas matéria, não poderia ter iniciativa. Ora, se lhe concedeis a iniciativa, seja no que for, é que é livre; e se é livre, é que tem em si algo além da matéria. Sendo o materialismo a negação do princípio espiritual, é, por isso mesmo, a negação da liberdade e, contradição bizarra! os materialistas, os mesmos que proclamam o dogma da fatalidade, são os primeiros a tirar partido de sua liberdade; a reivindicá-la como um direito na sua mais absoluta plenitude, junto aos que a restringem, e isto sem suspeitar que é reclamar o privilégio do Espírito, e não da matéria.

Aqui se apresenta outra questão. A fatalidade e a liberdade são dois princípios que parecem excluir-se. A liberdade da ação individual é compatível com a fatalidade das leis que regem o conjunto, e esta ação não vem perturbar sua harmonia? Alguns exemplos tomados dos fenômenos mais vulgares da ordem material tornarão evidente a solução do problema.

Dissemos que as chances do acaso se equilibram com surpreendente regularidade. Com efeito, é um resultado muito conhecido no jogo do vermelho e preto que, a despeito de sua irregularidade de saída a cada lançamento, as cores são em número igual ao cabo de certo número de jogadas; isto é, em cem jogadas, haverá cinqüenta vermelhas e cinqüenta negras; em mil, quinhentas de uma e quinhentas da outra, aproximadamente. Dá-se o mesmo com os números pares e ímpares e com todas as chances ditas duplas. Se, em vez de duas cores, houver três, haverá um terço de cada; se forem quatro, um quarto, etc. Muitas vezes a mesma cor sai por série de duas, três, quatro, cinco, seis vezes seguidas; num certo número de jogadas, haverá tantas séries de duas vermelhas, quanto de duas pretas, tanto de três vermelhas quanto de três pretas, e assim por diante; mas as jogadas de duas serão metade menos numerosas que as de uma; as de três, um terço das de uma; as de quatro, um quarto, etc.

Nos dados, como estes têm seis faces, jogando-o sessenta vezes, chegar-se-á a dez vezes um ponto, dez vezes dois pontos, dez vezes três pontos e assim com os outros.

Na antiga loteria de França, havia noventa números colocados numa roda; tiravam-se cinco de cada vez. Os registros de vários anos constataram que cada número tinha saído na proporção de um nonagésimo e cada dezena na proporção de um nono.

A proporção é tanto mais exata quanto mais considerável o número de jogadas. Em dez ou vinte jogadas, por exemplo, pode ser muito desigual, mas o equilíbrio se estabelece à medida que aumenta o número de jogadas, e isto com uma regularidade matemática. Sendo isto um fato constante, é bem evidente que uma lei numérica preside a essa repartição, quando abandonada a si mesma e que nada vem forçá-la ou entravá-la. O que se chama acaso está, pois, submetido a uma lei matemática ou, melhor dizendo, não há acaso. A irregularidade caprichosa que se



manifesta em cada jogada, ou num pequeno número de lances, não impede a lei de seguir o seu curso, donde se pode dizer que há nessa repartição uma verdadeira fatalidade; mas essa fatalidade, que preside ao conjunto, é nula, ou pelo menos inapreciável, para cada lance ou jogada isolada.

Estendemo-nos um pouco no exemplo dos jogos, porque é um dos mais admiráveis e fáceis de verificar, pela possibilidade de multiplicar os fatos à vontade, em curto espaço de tempo; e como a lei ressalta do conjunto dos fatos, foi esta multiplicidade que permitiu reconhecê-la, sem o que é provável que ainda a ignorassem.

A mesma lei pôde ser observada com precisão nas chances de mortalidade. A morte, que parece ferir indistintamente e às cegas, não segue menos, em seu conjunto, uma marcha regular e constante, segundo a idade. Sabe-se perfeitamente que, em mil indivíduos de todas as idades, em um ano morrerão tantos de um a dez anos, tantos de dez a vinte anos, tantos de vinte a trinta anos, e assim por diante; ou, então, que após um período de dez anos, o número dos sobreviventes será de tantos de um a dez anos, de tantos de dez a vinte anos, etc. Causas acidentais de mortalidade podem perturbar momentaneamente esta ordem, como no jogo a saída de uma longa série da mesma cor rompe o equilíbrio; mas se, em vez de um período de dez anos e de um número de mil indivíduos, estende-se a observação a cinquenta anos e cem mil indivíduos, o equilíbrio será restabelecido.

De acordo com isto, é permitido supor que todas as eventualidades que parecem ser efeito do acaso, assim na vida individual, como na dos povos e da Humanidade, são regidas por leis numéricas, e o que falta para as reconhecer é poder abarcar de um golpe de vista uma massa bastante considerável de fatos, e um lapso de tempo suficiente.

Pela mesma razão, nada haveria de absolutamente impossível que o conjunto de fatos de ordem moral e metafísica fosse igualmente subordinado a uma lei numérica, cujos elementos e as bases, até agora, nos são totalmente desconhecidos. Em todo o caso, vê-se, pelo que precede, que essa lei ou, se se preferir, essa fatalidade do conjunto, de modo algum anularia o livre-arbítrio. É o que nos tínhamos proposto demonstrar. Não se exercendo o livre-arbítrio senão sobre os pontos isolados de detalhe, não entravaria a realização da lei geral, como a irregularidade da saída de cada número não entrava a repartição proporcional desses mesmos números sobre um certo número de saídas. O homem exerce o seu livre-arbítrio na pequena esfera de sua ação individual; esta pequena esfera pode estar na confusão, sem que isto a impeça de gravitar no conjunto segundo a lei comum, assim como os pequenos redemoinhos causados nas águas de um rio pelos peixes que se agitam, não impedem a massa das águas de seguir o curso forçado que lhe imprime a lei de gravitação.

Tendo o homem o seu livre-arbítrio, a fatalidade não participa de suas ações individuais; quanto aos acontecimentos da vida privada, que por vezes parecem atingi-lo fatalmente, têm duas fontes bem distintas: uns são consequência direta de sua conduta na existência presente; muitas pessoas são infelizes, doentes, enfermas por sua falta; muitos acidentes são resultado da imprevidência; ele não pode queixar-se senão de si mesmo, e não da fatalidade ou, como se diz, de sua má estrela. Os outros são completamente independentes da vida presente e, por isto mesmo, parecem devidos a uma certa fatalidade; mas, ainda aqui, o Espiritismo nos demonstra que essa fatalidade é apenas aparente, e que certas situações penosas da vida têm sua razão de ser na pluralidade das existências. O Espírito as escolheu voluntariamente na erraticidade, antes de sua encarnação, como provações para o seu adiantamento; elas são, pois, produto do livre-arbítrio, e não da fatalidade. Se algumas vezes são impostas, como expiação, por uma vontade superior, é ainda em razão das más ações voluntariamente

cometidas pelo homem numa precedente existência, e não como consequência de uma lei fatal, pois ele poderia tê-las evitado, agindo de outro modo.

A fatalidade é o freio imposto ao homem por uma vontade superior à sua, e mais sábia que ele, em tudo o que não é deixado à sua iniciativa; mas jamais é um entrave ao exercício de seu livre-arbítrio, no que concerne às suas ações pessoais. Ela também não pode impor-lhe nem o mal, nem o bem; desculpar uma ação má qualquer pela fatalidade ou, como se diz muitas vezes, pelo destino, seria abdicar do julgamento que Deus lhe deu, para pesar o pró e o contra, a oportunidade ou a inoportunidade, as vantagens ou os inconvenientes de cada coisa. Se um acontecimento está no destino de um homem, ele se realizará, a despeito de sua vontade, e será sempre para o seu bem; mas as circunstâncias da realização dependem do uso que ele faça de seu livre-arbítrio, e muitas vezes ele pode fazer redundar em seu prejuízo o que deveria ser um bem, se agir com imprevidência, e se se deixar arrastar pelas paixões. Engana-se mais ainda se toma o seu desejo ou os desvios de sua imaginação por seu destino. (Vide *O Evangelho segundo o Espiritismo*, cap. V, n<sup>os</sup> 1 a 11.)

Tais são as reflexões que nos sugeriram os três ou quatro pequenos cálculos de concordância de datas, que nos foram apresentados, e sobre os quais pediram a nossa opinião. Elas eram necessárias para demonstrar que em semelhante matéria, de alguns fatos idênticos não se podia concluir por uma aplicação geral. Aproveitamo-los para resolver, por novos argumentos, a grave questão da fatalidade e do livre-arbítrio.

## A Geração Espontânea e A Gênese

Em nossa obra *A Gênese*, desenvolvemos a teoria da geração espontânea, apresentando-a como uma hipótese provável.

Alguns partidários absolutos desta teoria admiraram-se de que não a tivéssemos afirmado como princípio. A isto responderemos que, se a questão está resolvida para uns, não o está para todos, e a prova é que a Ciência ainda está dividida a respeito. Aliás, ela é do domínio científico, onde o Espiritismo não pode colher e onde nada lhe cabe resolver de maneira definitiva, naquilo que não é essencialmente de sua alçada.

Pelo fato de o Espiritismo assimilar todas as idéias progressistas, não se segue que se faça campeão cego de todas as concepções novas, por mais sedutoras que sejam à primeira vista, com o risco de receber, mais tarde, um desmentido da experiência e de se expor ao ridículo de haver patrocinado uma obra inviável. Se não se pronuncia claramente sobre certas questões controversas, não é, como poderiam crer, para condescender com os dois partidos, mas por prudência, e para não se adiantar levemente num terreno ainda não suficientemente explorado. Eis por que não aceita imediatamente as idéias novas, mesmo as que lhe pareçam justas, senão sob muita reserva, e de maneira definitiva apenas quando chegaram ao estado de verdades reconhecidas.

A questão da geração espontânea está neste número. Para nós, pessoalmente, é uma convicção, e se a tivéssemos tratado numa obra comum, tê-la-íamos resolvido pela afirmativa; mas numa obra constitutiva da Doutrina Espírita, as opiniões individuais não podem fazer lei; não se baseando a Doutrina em probabilidades, não podíamos decidir uma questão de tal gravidade, apenas despontada, e que ainda está em litígio entre os especialistas. Afirmando a coisa sem restrição, teria sido comprometer a Doutrina prematuramente, o que jamais fazemos, mesmo para fazer prevalecerem as nossas simpatias.

O que, até aqui, deu força ao Espiritismo, o que dele fez uma ciência positiva e de futuro, é que jamais avançou

levianamente; que não se constituiu sobre nenhum sistema preconcebido; que não estabeleceu nenhum princípio absoluto sobre a opinião pessoal, nem de um homem, nem de um Espírito, mas somente depois que esse princípio recebeu a consagração da experiência e de uma demonstração rigorosa, resolvendo todas as dificuldades da questão.

Quando, pois, formulamos um princípio é que, de antemão, estamos certos do assentimento da maioria dos homens e dos Espíritos. Eis por que não temos tido decepções. Tal é, também, a razão pela qual, nestes quase doze anos, nenhuma das bases que constituem a Doutrina recebeu desmentido oficial; os princípios de *O Livro dos Espíritos* foram sucessivamente desenvolvidos e completados, mas nenhum caiu em desuso, e nossos escritos não estão, em nenhum ponto, em contradição com os primeiros, malgrado o tempo decorrido e as novas observações que foram feitas.

Certamente não seria o mesmo se tivéssemos cedido às sugestões dos que nos gritavam continuamente para irmos mais depressa, e se tivéssemos esposado todas as teorias que despontavam da direita e da esquerda. Por outro lado, se tivéssemos escutado os que nos pediam que fôssemos mais devagar, ainda estaríamos observando as mesas girantes. Vamos à frente quando sentimos que o momento é propício e vemos que os espíritos estão maduros para aceitarem uma idéia nova; mas nos detemos quando vemos que o terreno não é bastante sólido para aí fincar o pé. Com a nossa aparente lentidão e nossa circunspeção muito meticulosa para o gosto de certas pessoas, temos feito mais caminho do que se nos tivéssemos posto a correr, pois evitamos dar uma cambalhota na estrada. Não tendo motivo para lamentar a marcha que temos seguido até agora, dela não nos desviaremos.

Dito isto, completaremos com algumas observações o que dissemos em *A Gênese*, no que concerne à geração espontânea.

Sendo a Revista um terreno de estudo e de elaboração dos princípios, e nela dando sem rodeios a nossa opinião, não tememos empenhar a responsabilidade da Doutrina, porque a Doutrina a adotará, se for justa, e a rejeitará, se for falsa.

Hoje é fato cientificamente demonstrado que a vida orgânica nem sempre existiu na Terra, e que aí teve um começo; a Geologia permite seguir o seu desenvolvimento gradual. Os primeiros seres do reino vegetal e do reino animal que então apareceram, devem ter-se formado sem procriação, e pertencer às classes inferiores, como o constatarem as observações geológicas. À medida que os elementos dispersos se reuniram, as primeiras combinações formaram corpos exclusivamente inorgânicos, isto é, pedras, águas e minerais de toda sorte. Quando esses mesmos elementos se modificaram pela ação do fluido vital – que não é o princípio inteligente – formaram corpos dotados de vitalidade, de uma organização constante e regular, cada um na sua espécie. Ora, assim como a cristalização da matéria bruta não ocorre senão quando uma causa acidental vem opor-se ao arranjo simétrico das moléculas, os corpos organizados se formam desde que as circunstâncias favoráveis de temperatura, umidade, repouso ou movimento, e uma espécie de fermentação permitam que as moléculas da matéria, vivificadas pelo fluido vital, se reúnam. É o que se vê em todos os germes em que a vitalidade pode ficar latente durante anos e séculos, e se manifestar num dado momento, quando as circunstâncias são propícias.

Os seres não procriados formam, pois, o primeiro escalão dos seres orgânicos e, provavelmente, serão contados um dia na classificação científica. Quanto às espécies que se propagam pela procriação, uma opinião que não é nova, mas que hoje se generaliza sob a égide da Ciência, é que os primeiros tipos de cada espécie são o produto de uma modificação da espécie imediatamente inferior. Assim, estabeleceu-se uma cadeia ininterrupta, desde o musgo e o líquen, até o carvalho, e depois o

zoófito, o verme da terra e o ácaro até o homem. Sem dúvida, entre o verme da terra e o homem, se se considerarem apenas os dois pontos extremos, há uma diferença que parece um abismo; mas quando se aproximam todos os elos intermediários, encontra-se uma filiação sem solução de continuidade.

Os partidários desta teoria que, repetimos, tende a prevalecer, e à qual nos ligamos sem reserva, estão longe de ser todos espiritualistas, e ainda menos espíritas. Não considerando senão a matéria, fazem abstração do princípio espiritual ou inteligente. Essa questão, pois, nada prejudica sobre a filiação desse princípio da animalidade na humanidade; é uma tese que não vamos tratar hoje, mas que já se debate em certas escolas filosóficas não materialistas. Não se trata, portanto, senão do invólucro carnal, distinto do Espírito, como a casa o é de seu habitante. Então o corpo do homem pode ser perfeitamente uma modificação do corpo do macaco, sem que se conclua que o seu espírito seja o mesmo que o do macaco. (*A Gênese*, cap. XI, nº 15.)

A questão que se liga à formação desse invólucro não deixa de ser muito importante, primeiro porque resolve um grave problema científico e destrói preconceitos de longa data arraigados pela ignorância, e depois porque os que o estudam exclusivamente esbarrarão com dificuldades insuperáveis, quando quiserem se dar conta de todos os efeitos, absolutamente como se quisessem explicar os efeitos da telegrafia sem a eletricidade. Não encontrarão a solução dessas dificuldades senão na ação do princípio espiritual que, afinal de contas, deverão admitir, para sair do impasse em que estarão empenhados, sob pena de deixar incompleta a sua teoria.

Deixemos, pois, o materialismo estudar as propriedades da matéria; esse estudo é indispensável, e será feito: o espiritualismo terá apenas que completar o trabalho naquilo que lhe concerne. Aceitemos suas descobertas e não nos inquietemos com suas conclusões absolutas, porquanto, estando demonstrada a sua

insuficiência para tudo resolver, as necessidades de uma lógica rigorosa conduzirão forçosamente à espiritualidade; e sendo a própria espiritualidade geral incapaz de resolver os inúmeros problemas da vida presente e da vida futura, será encontrada a única chave possível nos princípios mais positivos do Espiritismo. Já vemos uma porção de homens chegarem por si mesmos às conseqüências do Espiritismo, sem o conhecer, uns começando pela reencarnação, outros pelo perispírito. Fazem como Pascal, que descobria os elementos da Geometria sem estudo prévio, e sem suspeitar que aquilo que imaginava ter descoberto era uma obra realizada. Dia virá em que pensadores sérios, estudando esta doutrina com a atenção que ela comporta, ficarão muito surpresos de aí encontrar o que procuravam, e proclamarão todo feito um trabalho cuja existência não suspeitavam.

É assim que tudo se encadeia no mundo; da matéria bruta saíram os seres orgânicos, cada vez mais aperfeiçoados; do materialismo sairão, pela força das coisas e por dedução lógica, o espiritualismo geral, depois o Espiritismo, que não é outra coisa senão o espiritualismo particularizado, apoiado nos fatos.

O que se passou na origem do mundo para a formação dos primeiros seres orgânicos, passa-se em nossos dias, por meio do que se chama a geração espontânea? Eis a questão. Por nossa conta, não hesitamos em nos pronunciar pela afirmativa.

Os partidários e os adversários se opõem reciprocamente experiências que deram resultados contrários; mas estes últimos esquecem que o fenômeno não pode produzir-se senão em condições adequadas de temperatura e aeração; buscando obtê-las fora dessas condições, devem necessariamente fracassar.

Sabe-se, por exemplo, que para a eclosão artificial dos ovos, há necessidade de uma determinada temperatura regular, e certas precauções minuciosas especiais. Quem negasse tal eclosão



porque não a tivesse obtido com alguns graus a mais ou a menos, e sem as precauções necessárias, estaria no mesmo caso daquele que não obtém a geração espontânea num meio impróprio. Parece-nos, pois, que se essa geração se produziu forçosamente nas primeiras idades do globo, não há razão para que não se produza em nossa época, se as condições forem as mesmas, como não há razão para que não se formem calcários, óxidos, ácidos e sais, como no primeiro período.

Hoje é reconhecido que as rugosidades do mofo constituem uma vegetação que nasce sobre a matéria orgânica chegada a certo grau de fermentação. O mofo nos parece ser o primeiro, ou um dos primeiros tipos da vegetação espontânea, e essa vegetação primitiva que se prolonga, revestindo formas diversas conforme o meio e as circunstâncias, nos dá os líquens, os musgos, etc. Querem um exemplo mais direto? Que são os cabelos, a barba e os pelos do corpo dos animais, senão uma vegetação espontânea?

A matéria orgânica animalizada, isto é, contendo certa proporção de azoto, dá origem a vermes que têm todos os caracteres de uma geração espontânea. Quando o homem ou um animal qualquer está vivo, a atividade da circulação do sangue e o funcionamento incessante dos órgãos mantêm uma temperatura e um movimento molecular que impedem os elementos constitutivos dessa geração de se formarem e se reunirem. Quando o animal está morto, a parada da circulação e do movimento, e o abaixamento da temperatura num certo limite, produzem a fermentação pútrida e, em consequência, a formação de novos compostos químicos. É então que se vêem todos os tecidos subitamente invadidos por miríades de vermes que neles se repastam, sem dúvida para apressar a sua destruição. Como seriam procriados, visto que antes não havia seus traços?

Objetarão, sem dúvida, que são os ovos das moscas na carne morta. Mas isto nada provaria, porque os ovos das moscas são depositados na superfície, e não no interior dos tecidos, e porque a carne, posta ao abrigo das moscas, ao cabo de certo tempo não está menos apodrecida e cheia de vermes; muitas vezes, até, são vistos invadindo o corpo antes da morte, quando há um começo parcial de decomposição pútrida, notadamente nas feridas gangrenosas.

Certas espécies de vermes se formam durante a vida, mesmo num estado de saúde aparente, sobretudo nos indivíduos linfáticos, cujo sangue é pobre e não têm a superabundância de vida, que se nota em outros; são as lombrigas ou vermes intestinais; as tênias ou vermes solitários, que por vezes atingem sessenta metros de comprimento e se reproduzem por fragmentos, como os pólipos e certas plantas; certos “vermes”, peculiares à raça negra e a certos climas, de um comprimento de trinta a trinta e cinco centímetros, delgados como um fio, e que saem através da pele pelas pústulas; os ascarídeos, os tricocéfalos, etc. Muitas vezes formam massas tão consideráveis que obstruem o canal digestivo, sobem ao estômago e até à boca; atravessam os tecidos, alojam-se nas cavidades ou em torno das vísceras, enovelam-se como ninhos de lagarta e causam graves desordens na economia. Sua formação bem podia ser devida a uma geração espontânea, tendo sua fonte num estado patológico especial, na alteração dos tecidos, no enfraquecimento dos princípios vitais e nas secreções mórbidas. Poderia dar-se o mesmo com os vermes do queijo, com o ácaro da sarna e com uma porção de animálculos que podem nascer no ar, na água e nos corpos orgânicos.

Poder-se-ia supor, é verdade, que os germes dos vermes intestinais fossem introduzidos na economia com o ar que se respira e com os alimentos e que aí eclodissem. Mas, então, surge outra dificuldade: perguntar-se-ia por que a mesma causa não produz o mesmo efeito em todos; por que nem todo mundo tem

solitária, nem mesmo lombrigas, quando a alimentação e a respiração produzem efeitos fisiológicos idênticos em todos. Esta explicação, aliás, não seria aplicável aos vermes da decomposição pútrida que surgem depois da morte, nem aos do queijo e tantos outros. Até prova em contrário, somos levados a considerá-los como sendo, ao menos em parte, um produto da geração espontânea, assim como os zoófitos e certos pólipos.

A diferença de sexos que se reconheceu, ou que se julgou reconhecer em certos vermes intestinais, notadamente no tricocéfalo, não seria uma objeção concludente, levando-se em conta que não deixam de pertencer à ordem dos animais inferiores e, por isso mesmo, primitivos. Ora, como a diferença dos sexos deve ter tido um começo, nada se oporia a que nascessem espontaneamente macho ou fêmea.

Aliás, aí não estão senão hipóteses, mas que parecem vir em apoio do princípio. Até onde se estende a sua aplicação? é o que não se poderia dizer. O que se pode afirmar é que ela deve ser circunscrita aos vegetais e aos animais de organização mais simples, e não nos parece duvidoso que assistamos a uma criação incessante.

## O Partido Espírita

Bem que os espíritas se consideravam uma escola filosófica, mas nunca lhes tinha vindo à mente se julgar um *partido*. Ora, eis que um belo dia o *Moniteur* lhes dá esta notícia, que os surpreendeu um pouco. E quem foi que lhes deu esta qualificação? Foi um desses jornalistas inescrupulosos, que lançam epítetos ao acaso, sem lhes compreender o alcance? Não; é um relatório oficial, feito ao primeiro corpo do Estado, ao Senado. Assim, não é provável que, num documento dessa natureza, essa palavra tenha sido pronunciada levianamente. Sem dúvida não foi a benevolência que a ditou, mas foi dita e faz sucesso, porque os jornais não a

deixaram cair. Alguns, crendo aí encontrar um agravo a mais contra o Espiritismo, nada tiveram de mais urgente do que estampar em suas colunas o título de: *O Partido Espírita*.

Assim, esta pobre escolinha, tão ridicularizada, tão humilhada, que caridosamente pretendiam enviar em massa ao hospício; sobre a qual diziam que bastava soprar para que ela desaparecesse; que vinte vezes a declararam morta e para sempre enterrada; à qual não há mais fino escritor hostil que não se tenha gabado de lhe haver dado o golpe de misericórdia, mas concordando, com estupefação, que ela invadia o mundo e todas as classes da sociedade; da qual quiseram, a todo custo, fazer uma religião, gratificando-a com templos e sacerdotes, grandes e pequenos, que ela jamais viu, ei-la de repente transformada em partido. Por esta qualificação, o Sr. Genteur, o relator do Senado, não lhe deu o seu verdadeiro caráter, mas a exaltou; deu-lhe uma posição, um lugar, pondo-a em evidência. Porque a idéia de *partido* implica a de uma certa força, de uma opinião bastante importante, bastante ativa e bastante espalhada para representar um papel, e com a qual é preciso contar.

Por sua natureza e por seus princípios, o Espiritismo é essencialmente pacífico; é uma idéia que se infiltra sem ruído, e se encontra numerosos aderentes, é que agrada; jamais fez propaganda nem exhibições quaisquer; forte pelas leis naturais, nas quais se apóia, vendo-se crescer sem esforços nem abalos, não vai ao encontro de ninguém, não violenta nenhuma consciência; diz o que é e espera que a ele venham. Todo o ruído que se fez a sua volta é obra de seus adversários; atacaram-no, ele teve que se defender, mas sempre o fez com calma, moderação e só pelo raciocínio; jamais se afastou da dignidade que é própria de toda causa que tem consciência de sua força moral; jamais usou de represálias, pagando injúria por injúria, maus procedimentos por maus procedimentos. Não de convir que não é este o caráter ordinário dos partidos, turbulentos por natureza, fomentando a agitação e a quem tudo é

bom para chegar aos fins. Mas, já que lhe dão este nome, ele o aceita, certo de que não o desonrará por qualquer excesso, pois repudiaria quem quer que dele se prevalecesse para suscitar a menor perturbação.

O Espiritismo seguia sua rota sem provocar qualquer manifestação pública, mas aproveitando a publicidade que lhe faziam os seus adversários; quanto mais a sua crítica era zombeteira, acerba e virulenta, tanto mais excitava a curiosidade dos que não o conheciam e que, para saberem como proceder diante dessa assim chamada nova excentricidade, iam simplesmente informar-se na fonte, isto é, nas obras especiais; estudavam-no e encontravam outra coisa do que tinham ouvido dizer. É um fato notório que as declamações furibundas, os anátemas e as perseguições ajudaram poderosamente a sua propagação, porque, em vez de lhe desviar a atenção, provocaram o seu exame, ainda que fosse pela atração do fruto proibido. As massas têm sua lógica; elas se dizem que se uma coisa nada fosse, dela não falaria, e medem a sua importância precisamente pela violência dos ataques de que é objeto e pelo pavor que causa aos seus antagonistas.

Instruídos pela experiência, certos órgãos de publicidade se abstinham de falar dele, bem ou mal, evitando mesmo pronunciar o seu nome, para não lhe dar repercussão, limitando-se, de vez em quando, a lhe lançar alguns ataques violentos às escondidas, quando uma circunstância o punha forçosamente em evidência. Alguns também guardaram silêncio, porque a idéia tinha penetrado em suas fileiras e, com ela, se não talvez a convicção, pelo menos a hesitação.

Então a imprensa em geral se calava sobre o Espiritismo, quando uma circunstância, que não poderia ser obra do acaso, a obrigou a falar dele. E quem provocou o incidente? Sempre os adversários da idéia que, ainda dessa vez, se equivocaram, produzindo um efeito totalmente contrário ao que

esperavam. Para dar mais repercussão ao seu ataque, conduzem-no com pouca habilidade, não no terreno de uma folha sem caráter oficial e cujo número de leitores é limitado, mas por via de petições à própria tribuna do Senado, onde ela é objeto de discussão e de onde saiu a expressão de partido *espírita*. Ora, graças aos jornais de todas as colorações, obrigados a notificar o debate, a existência desse pequeno partido foi revelada instantaneamente a toda a Europa e além.

É verdade que um membro da ilustre assembléia disse que não havia senão *patetas* que fossem espíritas, ao que o presidente respondeu que os tolos também podiam formar um partido. Ninguém ignora que hoje os espíritas se contam por milhões, e que altas notabilidades simpatizam com suas crenças; é, pois, de admirar que um epíteto tão pouco cortês e tão generalizado tenha saído daquele recinto, dirigido a notável parte da população, sem que o autor tenha refletido até onde ele atingia.

De resto, os próprios jornais se encarregaram de desmentir tal qualificação, certamente não por benevolência, mas, que importa! O jornal *Liberté*, entre outros, que aparentemente não quer que se seja *livre* de ser espírita, como se o é de ser judeu, protestante, são-simonista ou livre-pensador, publicou, em seu número de 13 de junho, um artigo assinado por *Liévin*, do qual eis um extrato:

“O Sr. Genteur, comissário do governo, revelou ao Senado a existência de um partido que *não conhecíamos*, e que, como os outros, parece contribuir, no limite de suas forças, para abalar as instituições do império.” Sua influência já se fizera sentir o ano passado, e o partido *espírita* – nome que lhe deu o Sr. Genteur – tinha obtido do Senado, sem dúvida graças à sutileza dos meios de que dispõe, a remessa ao governo da famosa petição de Saint-Etienne, na qual eram denunciadas, como se lembram, não as tendências materialistas da Escola de Medicina, mas as tendências

filosóficas da biblioteca da comuna. Até aqui tínhamos atribuído ao partido da intolerância a honra desse sucesso, e o considerávamos por si como uma consolação por seu último revés; mas parece que nos tínhamos enganado e que a petição de Saint-Etienne não passava de uma manobra desse partido *espírita*, cujo poder oculto parece querer exercer-se mais particularmente em detrimento das bibliotecas.

“Assim, segunda-feira o Senado ocupava-se de uma nova petição, na qual o *partido espírita*, levantando ainda a cabeça, denunciava as tendências da biblioteca de Oullins (Rhône). Mas desta vez a venerável assembléia, posta em guarda pelas revelações do Sr. Genteur, frustrou os cálculos dos espíritas, por uma unânime ordem do dia. Apenas o Sr. Nisard se deixou apanhar mais ou menos por esta astúcia de guerra, e de boa-fé estendeu a mão a esses pérfidos inimigos. Deu-lhes o apoio de um parecer em que, por sua vez, assinalava os perigos dos maus livros. Felizmente o equívoco do honrado senador não foi partilhado e os espíritas, arrependidos e confusos, foram reconduzidos como mereciam.”

Um outro jornal – *Revue politique hebdomadaire* – de 13 de junho, assim começa um artigo sobre o mesmo assunto:

“Ainda não conhecíamos todos os nossos perigos. Caso se acredite no *Constitutionnel*, não eram bastantes os partidos legitimista, orleanista, republicano, socialista, comunista e o partido vermelho, sem contar o partido liberal, que os resume todos? Era mesmo sob o Segundo Império, cuja pretensão é dissolver todos os partidos, que devia nascer um novo partido, *crescer e ameaçar a sociedade francesa*, o partido espírita? Sim, o partido espírita! Foi o Sr. Genteur, Conselheiro de Estado, quem o descobriu e que o denunciou em pleno Senado.”

Difícilmente se compreende que um partido que só se componha de *tolos* possa fazer o Estado correr sérios perigos;

apavorar-se com isto seria fazer crer que se tem medo dos bobos. Soltando esse grito de alarme à face do mundo, prova-se que o partido espírita é alguma coisa. Não tendo podido abafá-lo sob o ridículo, tentam apresentá-lo como um perigo para a tranqüilidade pública. Ora, qual será o resultado inevitável desta nova tática? Um exame tanto mais sério e mais profundo mais terá exaltado o seu perigo; quererão conhecer as doutrinas deste partido, seus princípios, sua palavra de ordem, suas filiações. Se o ridículo lançado sobre o Espiritismo, como crença, despertou curiosidade, será bem outra coisa quando for apresentado como um partido temível; cada um está interessado em saber o que ele quer, para onde conduz: é tudo o que ele pede; agindo às claras, não tendo nenhuma instrução *secreta*, fora do que é publicado para uso de tudo o mundo, ele não teme nenhuma investigação, *certo* que está, ao contrário, de ganhar por ser conhecido e que, quem quer que o perscrute com imparcialidade, verá em seu código moral uma poderosa garantia da ordem e da segurança. Um partido, pois é um partido, que inscreve em sua bandeira: *Fora da caridade não há salvação*, indica suas tendências com bastante clareza, para que ninguém tenha razão para o temer. Aliás, a autoridade, cuja vigilância é conhecida, não pode ignorar os princípios de uma doutrina que não se esconde. Não falta gente para lhe dar conta do que se diz e se faz nas reuniões espíritas, e ela bem saberia chamar à ordem as que dela se afastassem.

É de admirar que homens que fazem profissão de liberalismo, que reclamam com insistência a liberdade, que a querem absoluta para as suas idéias, seus escritos, suas reuniões, que estigmatizam todos os atos de intolerância, queiram proscrevê-la para o Espiritismo.

Mas, vede a que incoseqüências conduz a cegueira! O debate que ocorreu no Senado foi provocado por duas petições: uma, do ano passado, contra a biblioteca de Saint-Etienne; outra deste ano, contra a biblioteca de Oullins, assinadas por alguns



habitantes daquelas cidades, e que reclamavam contra a introdução, naquelas bibliotecas, de certas obras, em cujo número figuravam *as obras espíritas*.

Pois bem! o autor do artigo do jornal *Liberté*, que sem dúvida examinou a questão um tanto levemente, imagina que a reclamação emana do partido espírita e conclui que este recebeu uma pancada na cabeça pela ordem do dia pronunciada contra a petição de Ouillins. Eis, pois, esse partido tão perigoso, tão facilmente derrubado, e que peticiona para pedir a exclusão *de suas próprias obras!* Então seria verdadeiramente o partido dos tolos. Aliás, este estranho equívoco nada tem de surpreendente, visto que o autor declara, de início, *que não conhecia esse partido*, o que não o impede de o declarar capaz de abalar as instituições do Império.

Longe de se inquietarem com esses incidentes, os espíritas devem regozijar-se; esta manifestação hostil não podia produzir-se em circunstâncias mais favoráveis, e por certo a Doutrina receberá um novo e salutar impulso, como tem acontecido em todos os levantes de que ela foi objeto. Quanto mais esses ataques repercutirem, mais proveitosos serão. Dia virá em que se transmutarão em aprovações abertas.

O jornal *Siècle*, de 18 de junho, também publicou seu artigo sobre o partido espírita. Todos aí notarão um espírito de moderação, que contrasta com os dois outros que mencionamos; nós o reproduzimos integralmente:

“Quem disse que não há nada de novo debaixo do sol? O céptico que assim falava não suspeitava que um dia a imaginação de um Conselheiro de Estado faria, em pleno Senado, a descoberta do *partido espírita*. Já contávamos alguns partidos na França, e Deus sabe se os ministros oradores cometem erro ao enumerar os perigos que podem causar esta divisão dos espíritos! Há o partido legitimista, o partido orleanista, o partido republicano, o partido socialista, o partido comunista, o partido clerical, etc., etc.

“A lista não pareceu bastante longa ao Sr. Genteur. Ele acaba de denunciar à vigilância dos veneráveis pais da política, que têm assento no Palácio do Luxemburgo, a existência do *partido espírita*. A esta revelação inesperada, um *frisson* percorreu a assembléia. Os defensores das duas morais, com o Sr. Nisard à frente, estremeeceram.

“Quê! A despeito do zelo desses inumeráveis funcionários, o Império francês está ameaçado por um novo partido? – Na verdade, é para desesperar da ordem pública. Como este inimigo, invisível até agora ao próprio Sr. Genteur, pôde ocultar-se a todas as vistas? Há nisto um mistério, que o Sr. Conselheiro de Estado, se o penetrar, bem que nos poderá ajudar a compreender. Pessoas oficialmente informadas afirmam que o *partido* espírita escondia o exército de seus representantes – os Espíritos batedores – atrás dos livros das bibliotecas de Saint-Etienne e de Oullins.

“Eis-nos, pois, de volta aos belos tempos das histórias da carochinha, das mesas girantes e das indiscretas mesinhas de pés-de-galo!

“Embora o Espiritismo e seu primeiro apóstolo, o Sr. Delage – o mais suave dos pregadores – não tenham ainda convencido muita gente, contudo chegaram a constituir um partido. Isto pelo menos se diz no Senado, e não seremos nós que alguma vez nos permitiremos suspeitar da exatidão do que se afirma num lugar tão importante.

“A influência oculta do partido recentemente assinalado se fez sentir até na última discussão do Senado, onde o Sr. Désiré Nisard, um dos maiorais, mostrou-se forte contra os reacionários. Um tal papel cabia de direito ao homem que foi, desde a sua saída da escola normal, um dos agentes mais ativos das idéias retrógradas.

“Depois disto, é para admirar ouvir o honrado senador invocar o arbítrio para justificar as medidas restritivas tomadas a propósito da escolha dos livros da biblioteca de Oullins? ‘Esse estabelecimentos populares, diz o Sr. Nisard, são fundados por associações; encontram-se, pois, sob o disposto do artigo 291 do Código Penal e, por conseqüência, à mercê do Ministro do Interior. Ele usou, usa e usará desta ditadura.’

“Deixamos ao *partido espírita* e ao seu Cristóvão Colombo, o Sr. Genteur, Conselheiro de Estado, o cuidado de interrogar os Espíritos reveladores, a fim de que nos digam o que o Senado espera obter impedindo os cidadãos de organizarem livremente as bibliotecas populares, como se pratica na Inglaterra?”

*Anatole de la Forge*

## O Espiritismo em Toda Parte

O JORNAL *SIÈCLE* — PARIS SONÂMBULA

Desde algum tempo o *Siècle* publica, sob o título de *Toda Paris*, uma série de folhetins muito interessantes, escritos por diversos autores. Houve *Paris artista*, *Paris gastronômica*, *Paris contestadora*, etc. Em seu folhetim dos dias 24 e 25 de abril de 1868, publicou *Paris sonâmbula*, pelo Sr. Eugène Bonnemère, autor do *Romance do Futuro*. É uma exposição ao mesmo tempo científica e verdadeira, das diferentes variedades de sonambulismo, na qual casualmente faz intervir o Espiritismo, sob seu próprio nome, embora com todas as precauções oratórias determinadas pelas exigências do jornal, cuja responsabilidade não queria comprometer. É o que explica certas reticências. Não nos permitindo a falta de espaço fazer citações tão numerosas quanto teríamos desejado, limitar-nos-emos às seguintes passagens:

“A forma mais elevada do sonambulismo é, sem contradita, o Espiritismo, que aspira a passar ao estado de ciência. Possui uma literatura já rica, e notadamente os livros do Sr. Allan Kardec, fonte autorizada sobre a matéria.”

“O Espiritismo é a correspondência das almas entre si. Segundo os adeptos dessa crença, um ser invisível se põe em comunicação com um outro, chamado médium, que goza de uma organização particular, que o torna apto a receber o pensamento dos que viveram, e que escreve, quer por um impulso mecânico inconsciente, imprimido à mão, quer por uma transmissão direta à inteligência dos médiuns.”

“Não, a morte não existe. É o instante de repouso após a jornada feita e a tarefa acabada; depois, é o despertar para uma nova obra, maior e mais útil do que a que acaba de realizar-se.”

“Partimos levando conosco a lembrança dos conhecimentos aqui adquiridos; o mundo para onde iremos nos dará os seus, e nós os gruparemos todos em feixe, para com eles formar o progresso.”

“É pela sucessão das gerações que a Humanidade avança, de cada vez dando mais um passo para a luz, porque chegam animadas por almas, sempre naturalmente puras, depois que voltaram a Deus, e ficam impregnadas dos progressos que atravessaram.”

“Em consequência das conquistas definitivamente asseguradas, a própria Terra que habitamos merecerá ascender na escala dos mundos. Acontecerá um novo cataclismo; certas essências vegetais, certas espécies animais, inferiores ou malfazejas desaparecerão, como outras desapareceram no passado, para dar lugar a criações mais perfeitas e, por nossa vez, nos tornaremos um mundo no qual os seres já experimentados virão buscar um maior desenvolvimento. Depende de nós apressar, pelos nossos esforços,

o advento desse período mais ditoso. Nossos mortos bem-amados vêm ajudar-nos nessa difícil tarefa.”

“Sérias ou não, essas crenças não deixam de ter uma certa grandeza. O materialismo e o ateísmo, que o sentimento humano repele com todas as suas energias, não passam de uma *inevitável reação* contra as idéias, dificilmente admissíveis pela razão, sobre Deus, a Natureza e o destino das almas. *Alargando a questão, o Espiritismo reacende nos corações a fé prestes a se extinguir.*”

#### TEATRO – CORNÉLIO – O GALO DE MYCILLE

Neste inverno, no teatro das Fantasias Parisienses, foi encenada uma encantadora opereta intitulada *O Elixir de Cornélio*, na qual a reencarnação é o próprio cerne da intriga.

Eis o relato que dela nos deu o *Siècle*, em seu número de 11 de fevereiro de 1868:

“Esse Cornélio é um alquimista que se ocupa particularmente da transmigração das almas. Tudo quanto lhe contam a respeito ele escuta com ouvidos ávidos, como se a coisa tivesse acontecido. Ora, ele tem uma filha que não esperou sua permissão para arranjar um pretendente. Não; mas ele recusa o seu consentimento. Como fazer, então, para vencer a sua resistência? Uma idéia: o apaixonado lhe narra que sua filha, antes de ser sua filha, há muito tempo, era um lansquenê<sup>23</sup>, dado a aventuras e freqüentador de ruelas. Nessa mesma época ele, o apaixonado, era uma jovem encantadora, que foi enganada pelo aventureiro. Os papéis se inverteram e ele lhe pede para devolver a sua antiga honra. ‘Ah! vós me dizeis tanto!’ responde, convencido, o velho doutor. E eis como um casamento a mais se realiza diante do público, que tantas vezes se encarrega de substituir o Sr. prefeito.

23 **N. do T.:** Soldado alemão que, nos séculos XV e XVI, servia na França como mercenário.

“A música é alegre como o assunto que a inspirou. Notou-se mais particularmente a serenata, as quadras de Cornélio, o dueto cômico e o final, escritos simplesmente e facilmente.”

Como se vê, a trama repousa aqui, não apenas no princípio da reencarnação, mas, ainda, na mudança de sexo.

Os assuntos dramáticos se esgotam e muitas vezes os autores ficam embaraçados para sair dos lugares-comuns. A idéia da reencarnação vai oferecer-lhes, em profusão, situações novas para todos os gêneros; aberto o caminho, é provável que todos os teatros logo tenham sua peça sobre a reencarnação.

No fim de maio o Teatro Francês encenou uma peça na qual a alma representa o papel principal; é o *Galo de Mycille*, pelos Srs. Trianon e Eugène Nyon. Eis o enredo:

Mycille é um jovem sapateiro remendão de Atenas; em frente à sua tenda, mora um jovem magistrado, o arconte Eucrates, numa encantadora mansão de mármore. O pobre sapateiro inveja em Eucrates as suas riquezas, sua mulher, a bela Cloé, sua prima, seus numerosos escravos. O opulento arconte, envelhecido precocemente, tolhido pela gota, inveja em Mycille sua boa figura, sua saúde, o amor desinteressado que lhe dedica uma linda escrava, Doris. Mycille tem um galo que lhe deu a jovem Doris e que, por seu canto matinal, desperta o arconte. Este ordena aos escravos que batam no sapateiro, caso este não faça o galo calar-se; por sua vez o sapateiro quer bater no galo; mas nesse momento o animal se metamorfoseia em homem: é o filósofo Pitágoras, cuja alma viera animar o corpo do galo, segundo a sua doutrina da transmigração. Momentaneamente tomou sua forma humana para esclarecer Mycille sobre a tolice da inveja que ele tem da posição de Eucrates. Não podendo convencê-lo, lhe diz: “Dar-te-ei o meio de te esclareceres por tua própria experiência. Apanha esta pena que fizeste cair de meu corpo de galo; enfia-a na fechadura da porta de

Eucrates: logo a porta se abrirá; tua alma passará para o corpo do arconte e, reciprocamente, a alma do arconte passará para o teu corpo. Contudo, antes de fazer qualquer coisa, aconselho-te a refletir bem. Então Pitágoras desapareceu. Mycille reflete, mas a sede do ouro o arrasta e, instigado por diversos incidentes, decide-se e a metamorfose se opera. Eis, pois, o sapateiro transformado no rico arconte, mas doente e gotoso, e o arconte feito sapateiro. Essa transformação leva a uma porção de complicações cômicas, em consequência das quais cada um, descontente com a sua nova posição, retoma a que tinha antes.

Como se vê, essa peça é uma nova edição da história do *sapateiro e do financista*, já explorada sob tantas formas. O que a caracteriza é que, em vez de ser o sapateiro em pessoa, corpo e alma, que toma o lugar do financista, são as duas almas que mudam de corpo. A idéia é nova, original, e os autores a exploram espiritualmente. Mas não é absolutamente tomada da idéia espírita, como se havia dito; é tirada de um diálogo de Luciano: *O sonbo e o galo*. Não falamos deste senão para realçar o erro dos que confundem o princípio da reencarnação com a transmigração das almas, ou metempsicose.

A peça de Cornélio, ao contrário, é inteiramente espírita, embora a pretensa reencarnação do jovem e da moça não passem de uma invenção de sua parte para chegar aos seus fins, enquanto esta dela se afasta por completo. Em primeiro lugar, o Espiritismo jamais admitiu a idéia da alma humana retrogradando na animalidade, porque seria a negação da lei do progresso; em segundo lugar, a alma só deixa o corpo com a morte. Quando, depois de algum tempo passado na erraticidade, recomeça uma nova existência, passa pelas fases ordinárias da vida: nascimento, infância, etc., e não por efeito de uma metamorfose ou substituição instantânea, que só se vê nos contos de fadas, que não são o Evangelho do Espiritismo, digam o que disserem os críticos, que dele pouco sabem.

Todavia, embora os dados sejam falsos na sua aplicação, não deixam de ser baseados no princípio da individualidade e da independência da alma; é a alma distinta do corpo e a possibilidade de reviver num outro envoltório posto em ação, idéia com a qual sempre é útil familiarizar a opinião. A impressão que daí fica não é perdida para o futuro e é mais salutar que a das peças onde se encenam a pouca vergonha das paixões.

**ALEXANDRE DUMAS – MONTE-CRISTO**

“Escutai, Valentin. Jamais sentistes por alguém uma dessas simpatias irresistíveis, que fazem que, em vendo uma pessoa pela primeira vez, julgais conhecê-la há muito tempo, e vos perguntais onde e quando a vistes, embora não vos podendo recordar nem do lugar, nem do tempo, chegais a crer que foi num mundo anterior ao nosso, e que essa simpatia não passa do despertar de uma lembrança?” (*Monte-Cristo*, 3ª parte, cap. XVIII, O recinto da luzerna.)

“Jamais ousastes vos elevar, num vôo, às esferas superiores que Deus povoou de seres invisíveis e excepcionais? – Admitis, senhores, que existam esferas superiores e que seres invisíveis se misturem conosco? – E por que não? Acaso vedes o ar que respirais, e sem o qual não poderíeis viver? – Então nós não vemos estes seres de que falais? – Sim; vós os vedes quando Deus permite que se materializem...” (*Monte-Cristo*, 3ª parte, cap. IX, Ideologia.)

“E eu, senhor (Villefort), eu vos digo que não é assim como pensais. Esta noite eu dormi um sono horrível, porque de certo modo me via dormir, como se minha alma já estivesse planando acima de meu corpo; meus olhos, que me esforçava por abrir, se fechavam mau grado meu; e, contudo... com os olhos fechados, eu vi, no mesmo lugar onde estais, entrar sem ruído uma forma branca.” (*Monte-Cristo*, 4ª parte, cap. XIII, senhora Mairan.)



“Uma hora antes de expirar, ele me disse: Meu pai, a fé de nenhum homem pode ser mais viva que a minha, porque vi e ouvi falar uma alma separada de seu corpo.” (*François Picaut*, continuação do *Monte-Cristo*.)

Nestes pensamentos não há senão uma crítica muito pequena a fazer: é a qualificação de *excepcionais* dada aos seres invisíveis que nos cercam. Tais seres nada têm de excepcional, já que são as almas dos homens, e que todos os homens, sem exceção, devem passar por esse estado. Afora isto, não se dirá que estas idéias são tiradas textualmente da doutrina?

## Bibliografia

**A ALMA**, *demonstração de sua realidade, deduzida do estudo dos efeitos do clorofórmio e do curare sobre a economia animal, pelo Sr. RAMON DE LA SAGRA, membro correspondente do Instituto de França. (Academia de Ciências Morais e Políticas), da Academia Real de Ciências dos Países Baixos, etc.*<sup>24</sup>

Dissemos num artigo acima que as pesquisas da Ciência, mesmo visando ao estudo exclusivo da matéria, conduziriam ao espiritualismo, pela impossibilidade de explicar certos efeitos apenas com o auxílio das leis da matéria; por outro lado, temos repetido muitas vezes que na catalepsia, na letargia, na anestesia<sup>25</sup> pelo clorofórmio ou outras substâncias, no sonambulismo natural, no êxtase e em certos estados patológicos, a alma se revela por uma ação independente do organismo, e dá, por seu isolamento, a prova patente de sua existência. Não nos referimos ao magnetismo, nem ao sonambulismo artificial, nem à dupla vista, nem às manifestações espíritas, que a Ciência oficial ainda não reconheceu, mas aos fenômenos sobre os quais ela está em condições de fazer experiências todos os dias.

<sup>24</sup> Um vol. in-12. Preço: 2 fr. 50; pelo Correio, 2 fr. 75. Germer-Bailliére, livreiros, 17, rue de l'École-de-Médecine.

<sup>25</sup> *Anestesia*, suspensão da sensibilidade; do grego *a*, privativo, e *aistesin*, sentir.